



Serviços Público Federal
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis
Coordenadoria de Cultura e Extensão
**PROPOSTA DE PROJETO
DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**



I: IDENTIFICAÇÃO: RE-UNIR: REALIZANDO A CIDADANIA

1 IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES

Professor Doutor Delson Fernando Barcellos Xavier

Professora Doutora Aparecida Luzia Alzira Zuin

Departamento/ Unidade/Campus: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS/Curso de Direito/Porto Velho

2.1 Título do Projeto:

RE-UNIR- REALIZANDO A CIDADANIA

2.2 Promoção: Universidade Federal de Rondônia

Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Amazônia – CEJAM

Grupo de Estudos Semióticos em Jornalismo - GESJOR

2.3 Apoio: GEPIAA /DHJUS/PPGE-MEDUC

2.4 APRESENTAÇÃO:

CARACTERÍSTICA DO PROJETO: Seminários de estudos e/ou formação para potencializadores municipais (Porto Velho).

Área (s) temática (s) a que se vincula (m) o Projeto:

1. Prática Social
3. Direitos Humanos e Justiça: direitos de grupos sociais; organizações populares.
4. Educação: educação básica; educação e cidadania;
5. Direitos Sociais conforme dispositivos constantes na Constituição Federal de 1988, art. 6º.
6. Educomunicação.

Linha Programática a que se vincula o Projeto: PRÁTICA JURÍDICA SOCIAL

Conceito de Reconhecimento, solidariedade, interatividade, social, sociabilidade e socialização, cooperação e voluntariado. Direitos das minorias. Grupos Organizados. Movimentos Sociais Urbanos. Movimentos Sociais em Defesa da Cidadania e Campo. Movimentos da Educação com qualidade social. Aproximação do referencial teórico da pesquisa jurídica e os institutos jurídicos que se apresentam ao discente como fundamento social e instrumento de efetivação de direitos por meio do Núcleo de Prática Jurídica.

2.5 Área de conhecimento: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

2.6 Área Temática da ação de extensão: Direitos Humanos e Justiça; Educação.

(Direitos Constitucionais; Direitos Sociais, Direitos Individuais e Coletivos; Políticas Públicas)

2.7 Áreas Temáticas Secundárias:

(Direitos de grupos sociais; organizações populares; inclusão social; políticas públicas; Estado e Gestão Pública).

2.8 Linha Programática: PRÁTICA JURÍDICA SOCIAL: Capacitação dos acadêmicos à compreensão dos valores da reconhecimento, solidariedade, interatividade, sociabilidade, cooperação e voluntariado. Aprimoramento à apreensão crítica da condição social e prática principalmente das Operações de Assistência à Comunidade; identificação dos mecanismos de cooperação com entidades religiosas, civis e militares entre outras a fim de promover os direitos das minorias. Mobilização da sociedade acadêmica em prol dos menos assistidos. Aproximação com o referencial teórico da pesquisa jurídica e os institutos jurídicos que se apresentam ao discente como fundamento social e instrumento de efetivação de direitos por meio do Núcleo de Prática Jurídica. Despertar/desenvolver no aluno o caráter solidário enquanto ser social e integrá-lo em ações de auxílio jurídico e material como forma de retorno do apoio que recebe em termos educacionais à sociedade por meio de práticas sociais.

2.9 Data de início e término:

09/03/2019 a 30/06/2019

2.10 Carga horária total da ação

Realização: 09/03/2019 até 30/06/2019 Totalizando 26 horas

Abrangência: MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

2.11 Situação do Projeto:

novo renovação

2.12 Tipo da ação:

isolada vinculada

2.17.1 Caso seja ação vinculada, especifique:

- Modalidade: Pesquisa e Extensão
- Nome da ação: Projeto de pesquisa e extensão –

Tema da I Edição: RE-UNIR: REALIZANDO A CIDADANIA

- Coordenação do projeto: Prof. Dr. Delson Fernando Barcellos Xavier
- Vice-Coordenação: Profa. Dra. Aparecida Luzia Alzira Zuin

- Departamento/Unidade: DCJ/CEJAM

2.18 Atividade integrada a outra ação institucional?

() não (X) sim

2.18.1 Caso tenha marcado sim no item o anterior, especifique:

-Dimensão: (X) ensino (X) pesquisa (X) extensão

- Nome da ação:

(Des) construindo e (des)vendando a cidade para o exercício da cidadania

Educação, Comunicação e Mediação.

História, cultura e movimentos indígenas e afro-brasileiros.

-DEPARTAMENTO(S)/UNIDADE(S) ENVOLVIDAS:

- 1) MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA – DHJUS/UNIR.
- 2) MESTRADO EM EDUCAÇÃO – MEDUC/UNIR.
- 3) DEPARTAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS

-Realização: () concluída (X) em andamento

2.19 Ação Curricular:

(X) sim () não

3. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE EXECUTORA:

3.1 Docentes:

	Nome	Departamento/ Unidade	Titulação/Formação	Função na ação	CH*
1	Delson Fernando Barcellos Xavier	DHJUS/ DCJ/UNIR	Doutor em Direito	Coordenação	30
2	Aparecida Luzia Alzira Zuin	MEDUC/ DHJUS/DCJ/ UNIR	Doutora/Comunicação e Semiótica; Pós-doutorado em Direito e em Estudos Culturais	Vice-Coordenação	20
3	Marco Antônio Domingues Teixeira	Mestrado em História/ DHJUS/UNIR	Doutor/História		5

5	Isabela Esteves Cury Coutinho	DCJ/CEJAM UNIR	Doutora em Direito	5
6	Arlen José Silva de Souza	DCJ/CEJAM UNIR	Doutor em Ciência Política	5
7	Sérgio William Domingues Teixeira	DCJ	Doutor em Ciência Política	5

**Carga horária (incluir período de planejamento, execução, monitoramento e avaliação)*

3.2 Técnicos administrativos

	Nome	Departamento/ Unidade	Titulação/Formação	Função na ação	CH*
1	Eliane Bastos	DCJ/CEJAM UNIR/DIRCA	Mestra	Relatora Instrutora Técnica	20

** Carga horária (incluir período de planejamento, execução, monitoramento e avaliação)*

- 1) Planejamento das ações: 28 horas para a coordenação.
- 2) A atividade de extensão conta com 28 (vinte e oito) horas em campo:
- 3) O procedimento metodológico se dará por meio de pesquisa de campo.
- 4) A execução ocorrerá no dia 09 de março a 30 de junho de 2019, com acompanhamento de toda a equipe relacionada no projeto.
- 5) Os alunos e as alunas participantes, assim como toda a sociedade de Porto Velho e demais interessados deverão entregar relatório de pesquisa aos coordenadores.
- 6) Propõe a divulgação dos resultados via caderno de relatos.

3.3 PÚBLICO-ALVO

Estudantes da Unir; Estudantes de outras instituições de ensino; Mestrandos; Doutorandos; professores; gestores administrativos do município de Porto Velho; Secretarias da Prefeitura de PVH; líderes de comunidades e de bairros de PVH e outros interessados.

II. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA:

1. RESUMO

Este projeto de extensão está vinculado ao CEJAM (Centro de Estudos Jurídicos da Amazônia). Esse centro de estudo e pesquisas desenvolve desde 2005 pesquisas no âmbito da área jurídica, educacional e urbana. Está cadastrado junto ao CNPq – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundação Universidade Federal de Rondônia. Este projeto de extensão tem o objetivo precípua de, mediante o exercício da cidadania, contribuir na divulgação, arrecadação de recursos e desenvolvimento de atividades capitaneadas por instituições sem fins lucrativos que ofertam atendimento à grupos, classes e categorias de pessoas que carecem de processos de atenção em virtude de condições pessoais, sociais ou financeiras desfavoráveis. Busca-se proporcionar aos integrantes do projeto um desenvolvimento humano e acadêmico pautado na importância do trabalho voluntariado e na relevância de instituições de apoio para a parcelas da população rondoniense. Em 2019.1, o público alvo, além de compreender alunos da graduação e do mestrado em direito da UNIR, empresários rondonienses e demais interessados, está concentrado no Núcleo de Apoio à Criança com Câncer – NACC, que atende crianças, adolescentes e jovens que estão em tratamento contra o câncer. Na carga horária de 40 (quarenta) horas, além de estabelecerem relação entre a Universidade Federal de Rondônia e a comunidade, os interessados desenvolverão ações sociais que contribuam na ampliação da divulgação do trabalho desenvolvido pelo NACC, bem como, destinarão um dia de lazer para os assistidos pelo NACC, colaborando com a alimentação e recreação destes, e participarão de um desdobramento do presente projeto, que será a Páscoa solidária.

São pesquisadores e discentes de diversas áreas os quais constituem uma equipe multidisciplinar que viabilizam e efetivam os três pilares da IFES: ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO. Sendo assim, optou-se por promover esse projeto de extensão intitulado: **RE-UNIR: REALIZANDO A CIDADANIA**. Com intuito de oferecer palestras (discussões temáticas) sobre Capacitação dos acadêmicos à compreensão dos valores da reconhecimento, solidariedade, interatividade, sociabilidade, cooperação e voluntariado. Aprimoramento à apreensão crítica da condição social e prática principalmente das Operações de Assistência à Comunidade; identificação dos mecanismos de cooperação com entidades religiosas, civis e militares entre outras a fim de promover os direitos das minorias. Mobilização da sociedade acadêmica em prol dos menos assistidos. Aproximação com o referencial teórico da pesquisa jurídica e os institutos jurídicos que se apresentam ao discente como fundamento social e instrumento de efetivação de direitos por meio do Núcleo de Prática Jurídica. Despertar/desenvolver no aluno o caráter solidário enquanto ser social e integrá-lo em ações de auxílio jurídico e material como forma de retorno do apoio que recebe em termos educacionais à sociedade por meio de práticas sociais..

Nessa I edição trata do tema: **RE-UNIR: REALIZANDO A CIDADANIA**, no âmbito do curso de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas – DCJ é oferecido disciplinas nas áreas de Direito da Cidade I e II (160h); Direito Ambiental I e II (160h); Direito e Semiótica (60h). No Programa de Mestrado em Educação – PPGE/MEDUC é oferecida a disciplina Educação, Comunicação e Mediação (60h). No Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça - DHJUS são oferecidas as disciplinas: Políticas Públicas e Acesso à Justiça (60h); Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar (60h); Direito Ambiental e Acesso à Justiça (60h).

Os projetos de pesquisas dos coordenadores estão diretamente correlacionados à proposta do projeto e do CEJAM.

Os projetos de pesquisas dos docentes, doutoranda, mestrandos, instrutor estão diretamente correlacionados à proposta do projeto e do CEJAM/UNIR.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente, a criança com câncer pode ser curada na maioria dos casos, dependendo do tipo de câncer e do tratamento. Mas isso não significa que a tarefa será fácil ou sem elevados custos, muitos dos quais as famílias não podem arcar. É preciso ter muita dedicação por parte da equipe médica, da família e da criança, além da sociedade que pode prestar diversos tipos de apoio e assistência. O seguimento rigoroso do tratamento é muito importante para que sejam obtidos bons resultados, o acesso a médicos, hospitais e remédios de forma regular e sem interrupção também. Para cuidar da criança com câncer é importante compreender bem a doença, o tratamento, a própria criança e seu ambiente e as formas de acesso aos recursos necessários para sua cura. Acontecem muitas mudanças como a queda dos cabelos, ausência da escola, hospitalizações, uso de medicamentos, etc...Os traumas que este tipo de problema desenvolvem são diversos e afetam, para além da criança, sua família, amigos e outros personagens que com ela convivam.

A proposta desse projeto e implementar ações sociais entre os alunos do DCJ/UNIR para que, de algumas formas se tornem colaboradores nas ações sociais que possam minimizar o sofrimento dessas pessoas.

A ideia desta ação de extensão teve origem em discussões na turma do 4º período do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia, durante aula inaugural da disciplina de Prática Social – voluntariado, relativamente ao semestre de 2019.1.

Como sabido, a UNIR é uma instituição de ensino superior que possui vasto histórico de atividades voltadas àqueles que, por alguma condição pessoal, social, cultural ou financeira,

carecem de processos de atenção.

A proposta, portanto, justifica-se diante da existência de vulnerabilidade jurídico-social de grupos, classes e categorias de pessoas, brasileiras ou não, que possuem dificuldades não atendidas integralmente pelo Poder Público, ensejando apoio (na arrecadação de recursos, divulgação das atividades de instituições que prestam auxílio, etc.), processos de atenção, defesa e proteção direitos, dentre outros.

Dessa forma, alunos da disciplina de Prática Social, do mestrado profissional e interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, bem ainda, demais voluntários, poderão contribuir na concretização de atividades promovidas por entidades (organizações, associações sem fins lucrativos e outros de natureza similar) que prestam assistência humana, jurídica e social à crianças, adolescentes, jovens, etc.

Busca-se, assim, contribuir na efetivação de políticas públicas assistenciais às quais o Estado não consegue dar total atendimento, objetivando-se trazer efetividade de objetivos da ordem social.

Sendo indispensável discorrer sobre a conexão existente entre ensino, pesquisa e extensão, passa-se a fundamentar a indissociabilidade entre os mencionados institutos.

A atividade de **extensão** fica configurada em virtude do relacionamento que será estabelecido entre a IFES e a comunidade rondoniense, especificamente, às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, que estão sendo atendidas pelo Núcleo de Apoio à Criança com Câncer – NACC.

O caráter de **ensino** fica evidenciado em virtude do desenvolvimento dos conhecimentos embrionários sobre as relações sociais, processos de atenção, constituição de associações, tutela de minorias, dentre outras. Sabe-se, no ponto, que o direito possui diversas teorias de justificação e de relação com a sociedade, que é um dos seus próprios fundamentos de existência. A constituição de uma associação civil, sem fins lucrativos e que presta serviços assistenciais, por exemplo, é vista, em teoria, no terreno do Direito Civil. Não obstante, o impacto que o apoio ofertado por essas entidades proporciona na vida das pessoas é algo que se encerra no terreno metafísico nas cadeiras de graduação, A visualização das atividades e a colaboração no desenvolvimento destas, portanto, viabiliza a o diálogo e o contato com aquilo que acontece na realidade de entidades que prestam apoio à comunidade.

A **pesquisa** está contida na realização de um “diagnóstico” junto ao NACC e outras entidades. Levantar-se-ão dados concretos sobre o número de atendimentos realizados, nacionalidade, naturalidade, domicílio e residência das crianças, adolescentes, suas respectivas famílias e outros que são atendidos pela instituição. Buscar-se-á, também, precisar quais dificuldades os grupos, classes e

categorias de pessoas enfrentam e quais os benefícios são proporcionados em virtude do apoio e do processo de atenção desenvolvido pelas instituições.

De se dizer, por conseguinte, com fundamento em PUHL e DRÉSCH (2016), que:

As universidades brasileiras têm um sentido de existir, uma razão de ser, e sua práxis pedagógica consubstancia-se no princípio republicano constante no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, o qual afirma a indissociabilidade entre as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Ainda com base nos autores acima mencionados, pode-se concluir que:

o ensino situa o estudante na relação com as elaborações e produções científicas existentes, a pesquisa o situa com o seu desenvolvimento intelectual e possibilita a produção de outros saberes e a extensão como situação de confrontação de sua pesquisa com a aprendizagem anterior. Confronta-se na pesquisa e extensão os conhecimentos anteriormente apreendidos com as novas descobertas ou a confirmação do já conhecido.

Dessa forma, denota-se que a relação entre extensão, ensino e pesquisa orientará esse projeto de extensão, já que reclama o diálogo com a comunidade e irradia efeitos na formação humana e acadêmica dos discentes, docentes e demais interessados a contribuir com a persecução dos objetivos aqui descritos. Reforça-se, portanto, que resta atendido o supramencionado princípio de cariz constitucional.

Entendemos ainda, como importante, a participação de outros segmentos acadêmicos voluntários como professores e mestrandos do curso de Direitos Humanos e Exercício da Justiça/DHJUS.

Para ROCHA (2018, p. 09), a sociedade é “o conjunto de seres humanos produzindo sua sobrevivência não de forma isolada, mas relacionados e comprometidos uns com os outros”.

Dessa forma, a convivência em sociedade exige diálogo, constituindo um emaranhado de relações pessoais e subjetivas entre pessoas e grupos.

O compartilhamento de esforços, portanto, revela-se em uma forma dialógica de contribuição recíproca entre aqueles que buscam conhecimentos práticos e pretendem desenvolver-se humanamente e aqueles (ou aquelas instituições) que carecem de recursos (humanos, materiais, financeiros etc) para a manutenção das atividades de apoio que desenvolvem regularmente.

Nesse sentido, de se notar, com base em registros do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC, que ninguém espera que uma doença como o câncer possa atingir alguém em sua tenra idade. Com os avanços da pesquisa e dos tratamentos, o câncer infanto-juvenil – uma das causas de mortes não acidentais mais comuns entre crianças e adolescentes – já pode ser derrotado quando diagnosticado a tempo. Após o diagnóstico devem procurar tratamento imediato que, se aplicado nas fases iniciais da doença, permite a cura em cerca de 70% dos casos.

Ainda nessa linha de raciocínio, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), cerca de 12 (doze) mil crianças e adolescentes são diagnosticadas com câncer anualmente no Brasil, o que representa uma média de 32 casos por dia e é considerada a primeira causa de morte por doença na população infantojuvenil.

Pesquisas nacionais e internacionais ainda não conseguiram desvendar o que pode desencadear o câncer pediátrico, mas já é sabido que ele é causado por alterações em células embrionárias. Por isso, a prevenção não é possível e o diagnóstico precoce é fundamental para o aumento das chances de cura.

O acompanhamento médico e o diagnóstico precoce, de basilar importância para a cura, não podem, porém, caminhar sozinhos. Aqui reside a imprescindibilidade de entidades (diga-se, também: pessoas e grupos de pessoas) que contribuam com a hospedagem, transporte, alimentação e lazer daqueles que são submetidos ao tratamento contra o câncer, especificamente na capital rondoniense, que concentra serviços médicos especializados, atraindo pacientes de diversos municípios do interior, de outros estados e até mesmo de outros países (no corrente ano, por exemplo, no Núcleo de Apoio a Criança com Câncer – NACC dá suporte à famílias oriundas da Bolívia e da Venezuela).

Nada obstante, o número de instituições rondonienses que prestam apoio àqueles que se encontram em tais condições é pequeno, bem como, o material humano de que dispõe é limitado.

Destarte, aliando algo humanamente necessário, socialmente impactante e institucionalmente relevante, precipuamente diante do exercício da cidadania (art. 1º, II, da CFRB/1988), o projeto tem o escopo de entender como está o funcionamento de instituições de apoio; participar na divulgação dos trabalhos que são desenvolvidos; contribuir na realização das atividades, dentre outros.

Assim, busca-se lançar mão de processo social – que, para OLIVEIRA (1995, p. 23), é um movimento de interação na qual diferentes pessoas trabalham em conjunto para o mesmo fim - ofertando o apoio de discentes e docentes da UNIR às instituições que necessitam dar publicidade à sua atuação para atraírem recursos mediante doações (seja material, seja financeira, seja humana) e que, até então, não vem comensurando esforços para contribuir na construção de justiça social. É importante que a Universidade Federal de Rondônia participe desse diálogo e contribua com esse processo de atenção.

COMPETÊNCIA A SER DESENVOLVIDA:

Interação do corpo discente da Universidade com o corpo social, principalmente com a parcela dos menos assistidos, compreendidos os conteúdos material, assistencial e jurídico por meio do Núcleo de Prática Jurídica.

3. OBJETIVOS

3.1. Gerais: Desenvolver nos participantes do projeto o apreço à ética profissional e ao senso de solidariedade, indispensáveis ao correto exercício de qualquer profissão ou de qualquer tipo de relação social, de forma a estimular o exercício da cidadania, através de ações sociais continuadas e responsáveis, realizadas a partir de critérios que promovam mais do que o mero assistencialismo, o espírito da responsabilidade social entre os membros do projeto.

3.2. Específicos:

3.2.1. Desenvolver reflexões sobre cidadania, ética e cooperação social, em um contexto que ultrapasse o mero censo da caridade e promova a ideia de cidadania responsável e colaborativa.

3.2.2. Realizar ação social junto ao Núcleo de Apoio à Criança com Câncer - NACC, contribuindo na recreação dos pacientes;

3.2.3. Realizar orientações para o uso do Marketing digital e convencional como forma de estimular ações sociais solidárias e responsáveis;

3.2.4. Estimular as reflexões sobre o processo de acolhimento e cuidados com a infância a partir do projeto “adote uma criança”;

3.2.5 Ampliar a arrecadação financeira destinada às crianças tratadas de câncer nos Hospitais regionais através do lançamento de milhares cupons fiscais doados ao NACC como fonte de arrecadação para a instituição.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DESCRIÇÃO DO PROJETO: 28 (vinte e oito) horas

EIXOS TEMÁTICOS:

- 1- Desenvolvimento e a proposta para qualidade de vida.**
- 2- Conscientização para o modelo de gestão democrática.**
- 3. Direito Humanos.**
- 4. Direitos sociais.**

SUB-TEMAS:

Da prática social:

- conceitos e princípios para a boa prática social jurídica.
- Auxílio na organização de atividades voltadas à orientação jurídica, realização de atividade em conjunto com o Núcleo de Prática Jurídica que poderá versar sobre os diversos temas de direito:

- 1) a lei, costume, jurisprudência, relações sociais, casamento, união estável, filiação, alimentos (direito de família),
- 2) direito do trabalho,
- 3) direito da cidade,
- 4) direito penal,
- 5) direito do consumidor,
- 6) direitos fundamentais,
- 7) direitos humanos,
- 8) direito ambiental,
- 9) direito da criança e adolescente,
- 10) sociologia jurídica (inclusão e controle social), entre outros.

PROGRAMAÇÃO DO PROJETO: CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

N.º	Descrição	28H	20H	15H	8H
1	Composição dos recursos humanos do projeto (Coordenação geral)	Elaboração de projeto, execução e relatório de prestação de contas 09/03/2019 a 30/06/2019			
2	Colaboração na execução do projeto (vice-coordenação e atividades pedagógicas)		29/04 a 30/06/		
3	Atividades do Instrutor Técnico				09/03 a 30/06
4	Acompanhamento das inscrições, presença e divulgação.		15/06 a 30/06/		
5	Acompanhamento dos relatórios externos e relatoria			09/03 a 30/06	

6	Organização da documentação para comprovação de realização do projeto (documentarista e produtor de vídeo)		09/03 a 30/06		

CARGA HORÁRI ATUAL DA AÇÃO DE EXTENSÃO, CONFORME LISTA APÓS A REALIZAÇÃO DO PROJETO.

Público-alvo: 100 vagas – considerando o planejamento de formação de 100 multiplicadores. Compreende alunos da graduação em direito da UNIR, do mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça – DHJUS/UNIR, outros membros da comunidade acadêmica, empresários e comunidade rondonienses e demais interessados, além daqueles que recebem apoio do Núcleo de Apoio à Criança com Câncer – NACC.

PROCESSO DE SELEÇÃO:

Processo seletivo a ser realizado junto às Secretarias municipais, público em geral e Pesquisadores UNIR/CEJAM

RESULTADOS ESPERADOS

Melhorar a qualidade de vida das crianças tratadas de câncer e que recebem apoio do NAAC, via uma série de atividades lúdicas que possam trazer mais conforto e alegria, em períodos de difícil coexistência diante da doença e de seu tratamento.

PRODUTOS ESPERADOS (São os efeitos/consequências imediatas das atividades. Forma de comprovação das atividades realizadas e os efeitos na POPULAÇÃO ALVO)

Melhorar a qualidade de vida das crianças tratadas de câncer e que recebem apoio do NAAC, via uma série de atividades lúdicas que possam trazer mais conforto e alegria, em períodos de difícil coexistência diante da doença e de seu tratamento.

N.º Atividade	PRODUTO ESPERADO	RESULTADO ESPERADO
1	Coordenadores responsáveis pelo projeto.	Equipe formada, definição de calendário de ações, divulgação do projeto na localidade, estabelecimento de parcerias, programação e execução do projeto em campo (cidade de Porto Velho-RO).
2	Elaborar material informativo e educativo para população alvo.	Material educativo elaborado.
3	Material para divulgação do projeto confeccionado e/ou adquirido.	Material disponível para o desenvolvimento das ações do projeto.
4	Divulgação do projeto na mídia, estabelecimento de parcerias na localidade e organização para realização dos cursos e outras atividades. (Relatório)	Inscrição e Sensibilização da população local. Organização logística da oficina em campo e demais atividades.
5	Relatório de execução técnica.	Entrega do relatório de execução do projeto.

Indicadores:

Procedimentos metodológicos

A prática da metodologia e/ou sistematização do projeto é desenvolvida utilizando diversos recursos tecnológicos disponíveis, a fim de promover uma maior interação de seus participantes com a sociedade em que estão inseridos. Oportunizar uma melhor interação entre teoria e prática. O projeto pretende estimular a interatividade e a interação entre os participantes, por isso, a pesquisa de campo, rompendo barreiras geográficas até então intransponíveis, permitindo que a informação seja transmitida com qualidade uniforme e, ao mesmo tempo, o conhecimento seja adquirido de forma coletiva.

CONFORME EIXOS APRESENTADOS

Fontes de informação:

Indicadores:

- Apontamentos e sugestões dos participantes envolvidos.
- Redações entregues pelos participantes inscritos.

Sistemática de Avaliação:

- Contínua, qualitativa e quantitativa.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

CANCLINI, Néstor García. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado constitucional ecológico e democracia sustentada**. In: FERREIRA, Helene Sivine e LEITE, José Rubens Morato (Org.). Estado de direito ambiental: tendências, aspectos constitucionais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização. Teoria dos processos civilizadores**. Vol. 2. Tradução: Ruy Jungmann. Revisão, apresentação e notas: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FABRE, Simone Goyard. **O que é democracia?** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GUIMARÃES, Juliana Pita. **Competência constitucional dos municípios em matéria ambiental**. In: COUTINHO, Ronaldo e ROCCO, Rogério (Org.). O direito ambiental das cidades. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e agir comunicativo**. 2ª Edição. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____, Jürgen. **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileir, v. I e II, 1997.

_____, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. Tradução de George Sperber. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2007.

_____, Jürgen. **Era das transições**. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IANNI, Octavio. A marcha da História. In: **A sociedade Global**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

KURZ, Robert. **O futuro diferente: uma visão da sociedade do século 21**: In: Sociedade e Estado Superando Fronteiras. São Paulo, Edições Fundap, pp; 15-14, 1998.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 29, p. 169-185, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a12n29.pdf>>

MORATO, José Rubens (Org.). **Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

NETO JORGE, Nagibe de Melo. **Direitos Fundamentais e Políticas Públicas**. In: **O controle jurisdicional das políticas públicas: concretizando a democracia e os direitos sociais fundamentais**. Salvador – Bahia, Editora Jus PODIVM, 2009.

PARK, Robert Ezra. A Escola de Chicago e a Ecologia Humana. **A cidade como espectroscópio da sociedade**. In: **História das Teorias da Comunicação**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. Ed. 2007. In: Nagibe de Melo Jorge Neto.

SANTOS, Anderson Avelino de Oliveira. **Participação popular no planejamento urbano e a efetividade do direito à cidade sustentável: a contribuição de Philip Pettit e Jürgen Habermas**. Artigo publicado pela PUC-Minas. Centro Universitário Newton Paiva. Direito Público. PUC-Minas.

2010.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

VARELA, Marcelo Dias (org.) **Governo dos riscos**. Brasília: Rede Latino-Americana – Européia sobre Governo dos Riscos, 2005.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando Olhares. Uma introdução à construção sociológica da cidade**. São Paulo: Studio Nobel/EDUC, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANJOS, Cristineide dos; ESPÍRITO SANTO, Fátima Helena do; CARVALHO, Elvira Maria Martins Siqueira de. *O câncer infantil no âmbito familiar: revisão integrativa*. Revista Mineira de Enfermagem. Vol 19, 1. S/D. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/998> Data de acesso 20/02/2019.

BRITO, Andréa Conceição, OLIVEIRA, Benigna Maria de; CHAGAS, Gicele Mendes e outros. *Orientações para o cuidado de crianças com câncer*. Belo Horizonte, Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFMG, S/D. Disponível em: <http://ftp.medicina.ufmg.br/observaped/cartilhas/cartilha-criancas-com-cancer.pdf> Data de acesso 18 de fevereiro de 2019.

NASCIMENTO, Lucila Castanheira; ROCHA, Semiramis Melani Melo; HAYES, Virginia Hellen, LIMA, Regina Aparecida Garcia de. *Crianças com câncer e suas famílias*. São Paulo, Revista da Escola de Enfermagem, USP, 22/06/2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v39n4/13.pdf> Data de acesso 19/02/2019.

PUHL, Mário José. DRÉSCH, Óberson Isac. *O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o conhecimento*. In **Revista eletrônica Di@logus**, vol. 5, no. 1, 2016.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. *Sociologia Jurídica: Fundamentos e Fronteiras*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Porto Velho – RO, 23 de abril de 2019.